



MÓDULO 6

EDUCAÇÃO EM REDE: A ESCOLA, AS REDES DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

- Iniciando o mosaico
- O que são redes? Aproximações de um conceito
- Tipos de rede: redes sociais, coletivos em redes e redes de movimentos sociais
- As redes de enfrentamento ao racismo
- A escola e a rede de políticas sociais
- Créditos

INICIANDO O MOSAICO

“Quando as teias de aranha se juntam, elas podem amarrar um leão”
— Provérbio Africano

Olá caro/a cursista,

Nos módulos anteriores, nomeamos, descrevemos e debatemos sobre as várias dimensões que compõem a questão racial e as dinâmicas da violência que afetam a sociedade brasileira, em especial as/os jovens, e de que forma esse problema impacta diretamente na vida escolar. A partir daí, é necessário pensar em estratégias concretas de enfrentamento ao racismo que, por certo, demandam um trabalho coletivo, solidário e multidisciplinar. O trabalho em rede tem sido apontado por inúmeros atores sociais (dentre eles as instituições públicas e os movimentos sociais) como uma alternativa de enfrentamento de problemas complexos, como esse que estamos sendo convocados a enfrentar. Todavia, é preciso compreender melhor o que significa trabalhar em rede.

Você já reparou que, ao longo do nosso cotidiano, estabelecemos diversas interações e transitamos por variados espaços. Essa circulação promove eixos de conexão entre nossas atividades e as pessoas, grupos e instituições com os quais nos relacionamos. Você já parou para pensar na quantidade de redes sociais das quais participa? Família, bairro, condomínio, facebook, escola, comunidade, religião... Um emaranhado de relações que se sobrepõem e nos conectam às pessoas e ao mundo. Afinal, a sociedade nada mais é do que esse mosaico formado por nossas interações.

O Plano Juventude Viva nasce como uma tentativa de sensibilizar, mobilizar e fortalecer uma rede complexa de grupos e instituições para assumirem um compromisso com o combate ao racismo no Brasil. A gestão do plano atua de forma coordenada e estratégica, articulando ações e parcerias para consolidar uma rede de enfrentamento à violência letal que afeta os/as jovens negros/as brasileiros/as. Portanto, compreender o que são redes e a importância delas para o trabalho conjunto e solidário no combate ao racismo é de extrema importância para o JUVIVA.

Apresentaremos neste módulo algumas perspectivas de rede e suas implicações na vida cotidiana da escola, dos/as jovens, dos/as professores, dos movimentos sociais e das instituições públicas. Buscaremos discutir as formas pelas quais a sociedade se organiza em redes e algumas possibilidades do trabalho em rede no enfrentamento ao racismo e ao genocídio da juventude negra. Nosso objetivo, portanto, é pensar a rede como uma forma de organização das relações humanas e sobretudo como um instrumento de intervenção político-pedagógica que possibilita a criação e o fortalecimento de relações de solidariedade, apoio mútuo e resolução de conflitos. Queremos também contribuir para que você possa identificar, fortalecer e visibilizar as redes nas quais a juventude negra atua autonomamente, muitas vezes sem se dar conta.

Vamo que vamo!!!

André, Luana e Paulo



OBSERVANDO FORMAS E TEXTURAS

Para iniciar nossa conversa, sugerimos que assista ao vídeo a seguir:

Assista no Youtube (<http://www.youtube.com/watch?v=7hYEP1k5w84>)

O vídeo é um trailer comentado do documentário “Mulheres Africanas: A Rede Invisível” (2012), dirigido por Carlos Nascimbeni. Os comentários buscam afirmar a existência de uma linha invisível que liga a experiência de mulheres no mundo, especialmente as mulheres africanas. Nesse caso, há uma proposta de nos fazer enxergar laços de conexão entre mulheres que lutam por dias melhores. Laços que podem ser identificados na experiência e na identidade dessas mulheres. Em outras palavras, o documentário é uma tentativa de desnudar uma rede de relações que essas mulheres vivenciam e, sobretudo, que as interconectam. Que rede é essa? O que isso tem a ver com o combate ao racismo? O que as redes têm a ver com a escola? Assistir ao documentário completo pode nos ajudar a responder algumas dessas questões. Que tal?

Observe as imagens a seguir:





A primeira delas representa a Avenida 25 de Março, na capital de São Paulo, maior centro de comércio popular do país. A princípio, tendemos a pensar que a única experiência que as pessoas dessa multidão compartilham é o desejo e a necessidade de comprar. Mas elas têm padrões de comportamento e interação. Compartilham sentidos, compreendem significados, e, não raro, encontram aqui e acolá, algum vizinho, alguma amiga, um parente ou colega de trabalho. Apesar de aparentarem ser um amontoado de pessoas, cada uma delas está interligada por canais de comunicação, por linguagens, por instituições comuns, por espaços virtuais e reais compartilhados. Várias dessas pessoas acompanham a mesma emissora de TV. A maioria delas, talvez, seja membro de alguma rede social virtual. Elas estão imersas e, portanto, conectadas, em redes.

Ao observar a segunda imagem, veremos a força e importância que têm as redes em nossas vidas. A imagem é uma fotografia de uma das manifestações políticas de rua que se desenvolveram em junho de 2013 no Brasil. E, apesar da diversidade das bandeiras e protestos dessas manifestações, elas só aconteceram pela força que as redes têm de mobilizar e sensibilizar pessoas e grupos. E não estamos falando apenas do Facebook. Essa ferramenta virtual de fomento e mobilização de redes sociais foi de extrema importância para as "Jornadas de Junho", mas junto delas vislumbramos outras redes sociais que já vêm atuando no cenário político do país, buscando transformá-lo. Agremiações estudantis, coletivos que visam democratizar o acesso à cidade, movimentos de mulheres, movimentos de luta racial, grupos religiosos, sindicatos, partidos políticos, organizações comunitárias e outros coletivos constituem uma rede social de luta e enfrentamento aos problemas

que afligem o país. A atuação e eficácia desses grupos, como no caso das Jornadas de Junho, só podem acontecer porque interagimos entre nós, multiplicamos informações entre os pares, sensibilizamos pessoas próximas, que sensibilizam outras, e outras... Nós vivemos em rede!!!

Vamos entender melhor o que é uma rede?

O QUE SÃO REDES? APROXIMAÇÕES DE UM CONCEITO

A ideia de rede tem sido amplamente utilizada no campo científico e das políticas sociais para a construção de alternativas de ação e resolução de problemas comuns. Por ter sido absorvido por um campo heterogêneo de saberes, este conceito é utilizado, muitas vezes, de forma genérica, sendo aplicado a realidades distintas. Seu caráter polissêmico exige que nós remontemos e organizemos algumas ideias e apontamentos da literatura para definirmos com clareza o que chamaremos aqui de rede. A seguir, algumas definições de rede disponíveis na literatura sobre o tema:

ALGUMAS DEFINIÇÕES DE REDE

PARA SÔNIA FLEURY (2002)

Estruturas policêntricas, envolvendo diferentes atores, organizações ou nódulos, vinculados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada.

PARA REGINA MARIA MARTELETO (2001)

- Sistema de nodos e elos
- Estrutura sem fronteiras
- Uma comunidade não geográfica
- Um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede.

PARA CÁSSIO MARTINHO (2003)

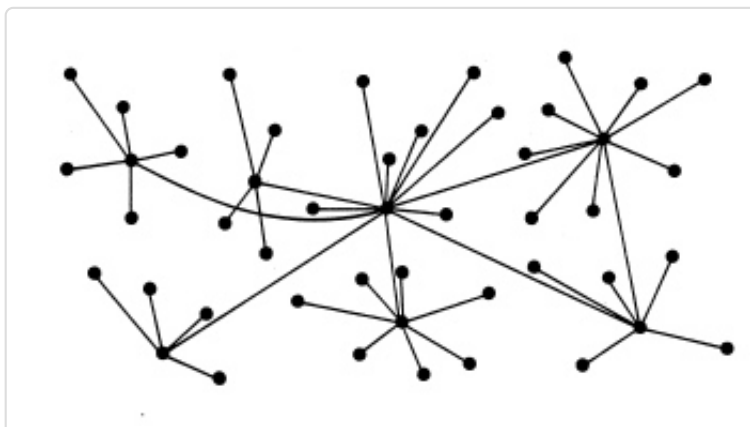
Sistemas, estruturas ou desenho organizacionais, caracterizados por uma grande quantidade de elementos (pessoas, pontos de venda, entidades, equipamentos) dispersos espacialmente e que mantêm alguma ligação entre si.

PARA ILSE SHERER-WARREN (2011)

Comunidades de sentido construídas histórica ou voluntariamente em torno de afinidades/identificações ou objetivos comuns relacionados a uma causa, que serão os fios da rede. Por sua vez, esses fios são conectados entre si através dos elos da rede, que são os indivíduos e/ou organizações participantes dessa relação sociocomunitária.

Podemos compreender a rede como uma complexa malha de relações estabelecidas. Do ponto de vista morfológico, ou seja, de sua estrutura, a rede possui apenas dois elementos: os nodos e as conexões. Os nodos representam cada um dos integrantes de uma rede, seja uma pessoa, um grupo e/ou organização. No caso de uma rede de associações comunitárias, cada uma dessas associações representa o que chamamos de nodos. Temos redes de escolas, quando os nodos são escolas. Temos redes de pessoas, quando os nodos são pessoas. Temos redes de empresas, quando os nodos são empresas. (Martinho, 2011). É importante lembrar que existem redes muito complexas, em que os nodos podem ser de natureza e características distintas. Uma rede de proteção social local, por exemplo, reúne "nodos" diversificados como escolas, grupos culturais, igrejas, centros de saúde etc. A rede de enfrentamento ao racismo reúne pessoas, grupos culturais, instituições públicas, ONGs e outros atores sociais.

Numa representação gráfica, os nodos são representados por pontos, assim como demonstra a figura a seguir:



As linhas representadas no diagrama são conexões. As conexões são um conjunto de relações e interações estabelecidas entre cada um dos nodos. Numa rede de enfrentamento à violência contra a mulher, por exemplo, poderemos ter conexões entre equipamentos, serviços e grupos societários, de natureza administrativa, política, cultural, jurídica etc. Os nodos e suas conexões, em movimento, dão vida a uma rede e, no caso de uma rede social, teremos sempre o envolvimento de pessoas concretas, individualmente, ou associadas e institucionalizadas, como cooperativas de renda, associações de bairro, grupos de convivência, conselhos de direitos, igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, etc.

A morfologia das redes é importante para a compreensão de como funcionam e de que maneira se estruturam. Contudo, é importante também entender as redes em seus propósitos, suas finalidades e seu conteúdo.

Há, basicamente, duas perspectivas de compreensão do que é uma rede. **A primeira** delas se refere a uma “natureza” das relações humanas. Essa perspectiva entende a rede não como uma “coisa” em si, mas como uma forma, uma maneira de as pessoas se conectarem ao mundo. A rede, nessa ótica, não existe por si só, não tem materialidade. O conceito de rede, nesse ponto de vista, é usado para compreender as maneiras pelas quais os seres humanos interagem entre si (no caso de seu uso nas ciências sociais e humanas). Um exemplo dessa forma de abordar o conceito de rede é o trabalho de Manuel Castells, em sua obra *Sociedade em Redes* (1996), em que buscou entender, a partir dos adventos da modernidade, de que forma a globalização e a informatização produziram um modo específico de pessoas e grupos interagirem e se conectarem com o mundo.

Assista ao vídeo a seguir, intitulado “Entenda as diferenças entre os tipos de redes”, que ilustra essa primeira compreensão do que é rede e como esta perspectiva se concentra na descrição da estrutura, das propriedades e das características de uma ou mais redes. O vídeo trata de redes informacionais, campo do conhecimento que influencia profundamente essa perspectiva de compreensão das redes.

 Assista (<http://olhardigital.uol.com.br/video/37551/37551>)

Uma segunda forma de compreender o que é uma rede se volta para seu aspecto concreto e material. Nessa perspectiva, importam as finalidades e objetivos da rede, seus integrantes e as dinâmicas de interação que estabelecem, sua origem e suas relações com outras redes. A rede, nesse ponto de vista, é compreendida como “coisa”, podendo ter nome, território de existência, objetivo e finalidade. Vemos essa perspectiva de rede entrar em cena quando falamos, por exemplo, de rede de enfrentamento ao racismo, rede de serviços, rede de escolas, rede comunitária, rede de ONGs, etc.

No JUVIVA, nos interessa compreender melhor as redes de enfrentamento ao racismo e a participação da escola nas redes locais de políticas públicas. Portanto, nos interessa um conceito de rede propositivo, que nos ajude a compreender como o combate ao racismo no Brasil tem sido

construído em redes de solidariedade e apoio mútuo. Buscamos também discutir algumas formas pelas quais a escola pode pautar as questões da violência contra a juventude negra na rede local de proteção social.

TIPOS DE REDE: REDES SOCIAIS, COLETIVOS EM REDES E REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A sociedade civil articula-se a partir de três tipos principais de redes:

REDES SOCIAIS

Em sentido genérico, referem-se a comunidades de sentido construídas histórica ou voluntariamente em torno de afinidades/identificações, que serão os fios da rede. Por sua vez, esses fios são conectados entre si através dos elos da rede, que são os indivíduos e/ou organizações participantes dessa relação sociocomunitária. Tradicionalmente, temos as redes de parentesco, redes de amizade, redes comunitárias variadas (religiosas, recreativas, associativismo civil, etc.), com elos espacialmente próximos e com maior visibilidade interpessoal e permanência temporal. Na contemporaneidade, tornaram-se populares as redes sociais virtuais da internet, encurtando a distância espacial entre os elos, porém tornando-se mais efêmeras.

COLETIVOS EM REDE

Referem-se a articulações entre organizações empiricamente localizáveis ou referenciadas em torno de metas em comum, que visam difundir informações, buscar apoios solidários ou desenvolver estratégias de ação conjunta (p. ex., ONGs ou associações participantes do Fórum da Criança e Adolescente). Esses coletivos podem transformar-se em segmentos ou subsegmentos de uma rede mais ampla de um movimento social propriamente dito, que, por sua vez, é uma rede de redes. Por exemplo, são coletivos em rede os *sites online* das ONGs antirracistas, os fóruns presenciais da juventude negra, os grupos de reflexão étnico-racial, as associações civis de negras e negros, etc., os quais conectam militantes negros/as e simpatizantes. Esses coletivos são nodos de uma rede de redes, ou seja, são o que possibilita a formação do movimento negro enquanto movimento social. Entretanto, o movimento social deve ser definido como algo que vai além de uma mera conexão de coletivos, conforme abaixo.

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

São redes sociais complexas que, transcendendo organizações empiricamente delimitadas, conectam de forma simbólica, solidária e estratégica sujeitos individuais e atores coletivos, num processo dialógico que compreende três dimensões:

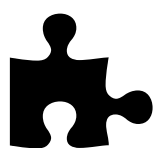
- a)** Construção de uma identidade comum (por exemplo, uma identidade negra para o movimento negro)
- b)** Definição de campos de conflito e mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão definindo opositores ou antagonistas – no caso do Movimento Negro, a denúncia do racismo possibilita visibilizar um conflito entre grupos sociais e nomear as discriminações e opressões que vivenciam a população negra.
- c)** Definição de propostas, objetivos ou projetos de enfrentamento, visando transformações sociais ou mudanças sistêmicas – fortalecimento da identidade negra, visibilização do racismo nas mídias, criação e aprovação de leis para inibir discriminações, remontar a memória da história da África, etc.

— Adaptado do texto de Ilse Scherer-Warren, “Redes da sociedade civil, advocacy e incidências possíveis”, pgs. 65-67

Sabemos que atualmente, com o crescimento das tecnologias da informação, o termo “rede social” passou a ser utilizado também para designar interações virtuais, o que ampliou as possibilidades de conexão e sociabilidade de pessoas e grupos, ao mesmo tempo em que trouxe uma complexidade para a vida social. Estar em rede é ampliar as nossas diversas interações no cotidiano, os nossos acessos a equipamentos e serviços de garantia de direitos, e também fortalecer relações via web e redes sociais virtuais. A seguir, apresentamos um pequeno vídeo que demonstra a magnitude e o impacto das redes sociais virtuais na contemporaneidade.

Assista no Youtube (<http://www.youtube.com/watch?v=T9FzWNZg8s8>)

É importante lembrar que as redes sociais estão muito presentes na vida dos jovens alunos e na dinâmica de funcionamento dos equipamentos sociais em geral. Nas mobilizações políticas que ocorreram no Brasil em junho de 2013, associadas ao tema da Copa do Mundo e outras questões de interesse público, vários movimentos e organizações sociais se (re)pensaram através das redes sociais. Podemos dizer que essas redes são ferramentas cotidianas cada vez mais recorrentes e contínuas nas interações humanas.



EXPLORANDO MATERIAIS

O facebook é uma ferramenta tecnológica virtual que possibilita a animação, conectividade e expansão de redes sociais pelo mundo. Essas redes são, geralmente, criadas e mantidas no cotidiano social, apesar de muitas conexões existirem apenas dentro do ambiente virtual. A animação de uma rede nada mais é do que todo o processo de fomento, sensibilização e mobilização das pessoas e grupos que compõem uma rede para trabalhar em seu propósito. É como o mediador de uma oficina, ou um



“animador” de um programa de auditório. Já se perguntou quem tem desempenhado a função de “animador” das redes que se articulam com a escola?

Observe as redes de interação estabelecidas entre os/as jovens alunos de sua turma/escola. Identifique quais são os atores/atrizes que se conectam a esses/as jovens. Investigue que grupos, instituições e associações estão presentes em suas redes pessoais de relacionamento. Quais e quem são os/as animadores/as dessas redes? Você está conectada/o a algum grupo ou instituição comprometidos com o combate ao racismo? Fica aqui nossa sugestão para ficar atenta/o!!!



OUTRAS CORES

As redes comunitárias em foco

Tratar de redes sociais no contexto da educação traz para o centro dos debates a dimensão comunitária das experiências pedagógicas. Se pensarmos em processos educativos não-escolares, torna-se evidente como a educação se encontra imersa em contextos nos quais se conectam as mais distintas redes sociais. A educação social e a educação popular são exemplos dessas articulações em que os protagonistas são os sujeitos envolvidos, não havendo uma diferença estanque entre quem ensina e quem aprende. Como nos diz Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, "*Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*". (FREIRE, 1987, 39).

Uma das críticas que se fazem à escola é que, como uma instituição da modernidade, ela se afasta dos processos educacionais dispersos e tacitamente presentes nas redes sociais ao chamar para si as atividades educativas das novas gerações. Esse monopólio fez com que a escola se afaste das práticas educativas mais comunitárias e dialogadas e desconheça essas práticas ao privilegiar um corpo profissional de educadores, espaços oficiais de ensino e práticas educativas próprias instituídas através dos currículos e exames.

Para muitos educadores é justamente a relativização dessas dimensões mais escolares e o retorno a práticas mais comunitárias que pode vir fazer frente a certo declínio da instituição escolar, em que fenômenos da violência, por exemplo, são indicadores da fragilidade das redes sociais de proteção da escola. A proposição é de refazer os laços sociais que materializam e dão sentido aos processos educativo e complementar a dimensão comunitária no trabalho pedagógico escolar.

Afinal, essas questões estão presentes quando as escolas lidam cotidianamente com questões relacionadas à ocupação do espaço público comum, ao associativismo, ao cooperativismo, às redes de sociabilidade territoriais, aos dilemas vivenciados pelos grupos familiares dos jovens estudantes, ao enfrentamento de ações criminosas locais, à inserção dos jovens estudantes em redes locais de proteção social, etc. Essas dinâmicas se desenvolvem no interior de uma malha de conexões que, compartilhando um território específico e um modo de sociabilidade, conectam a realidade e os dilemas escolares a outras redes relacionais e sociais. São essas articulações que permitem a construção de parcerias entre a escola e outros equipamentos, a formação de clubes de pais e familiares, as agremiações estudantis e também, fatidicamente, a penetração de redes criminosas no cotidiano escolar. Muitas vezes, o mesmo jovem aluno que participa ativamente das ações propostas pela escola é aquele que é assediado pelo tráfico de drogas da região, fazendo parte de redes diferentes ou compondo uma mesma rede.

Podemos dizer que a rede comunitária é o lócus da atuação escolar. É dentro dela, e a partir dela, que outras redes sociais se estabelecem e se comunicam. Dentro de uma mesma comunidade, vemos atuando redes de proteção, redes assistenciais, redes de políticas públicas, redes de solidariedade religiosa, redes criminosas, redes de trabalho e aquisição de renda, redes comerciais, redes culturais, redes políticas. Todas elas influenciam profundamente a vida cotidiana de jovens e adultos que chegam até a escola, conectando desafios pedagógicos a problemas sociais, articulando problemas de disciplina a dilemas familiares, costurando potenciais de ação pedagógica a saberes produzidos localmente, associando a escola, muitas vezes, ao racismo institucional. O índice elevado de abandono escolar por jovens negros é, também, produzido pelo racismo institucional que penetra a estrutura da escola e se faz presente pela omissão de educadores, pelo trato diferenciado, pela naturalização e invisibilidade da discriminação racial. Assim, vemos o mesmo racismo que “habita” as relações comunitárias sendo reproduzidos no interior da escola e por ela própria. Nesse sentido, é importante reconhecer que a realidade que encontramos na escola é reflexo da vida comunitária em que está inserida, e que qualquer intervenção estratégica da escola deve considerá-la.

Uma intervenção psicossocial e político-pedagógica de base comunitária visa transformar a realidade social através da valorização do poder popular. Se pauta pelo fortalecimento de redes de apoio mútuo, pela valorização do cotidiano de vida comunitário, pelo incentivo à participação social de indivíduos e grupos na resolução dos problemas locais e pelo fomento à autogestão. Uma comunidade que se autogestiona tem maior capacidade crítica frente aos problemas sociais e políticos vivenciados. Uma escola que participa do fomento à autogestão tem na comunidade e na rede de proteção local uma parceria constante no trabalho cotidiano (Pereira, 2008).

Pensar na atuação político-pedagógica frente a jovens pertencentes a uma comunidade quilombola, por exemplo, coloca dilemas dessa natureza para a escola. Como promover uma educação que valorize a autonomia e a autogestão desta comunidade? Que leve em consideração os processos educativos comunitários tacitamente elaborados? Como pensar ações de valorização das tradições e da memória coletiva do grupo? Como promover um intercâmbio entre os saberes oferecidos pela escola e aqueles partilhados pelas pessoas do quilombo, sem reproduzir hierarquias? Esses são alguns exemplos de dilemas que as escolas podem enfrentar.

AS REDES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Ao se consolidar como uma estrutura política e social, o racismo produziu como resposta, paradoxalmente, uma série de lutas para enfrentá-lo. A luta antirracista é tão antiga quanto o próprio racismo. Nas sociedades atuais, as lutas antirracistas se organizam em redes solidárias de enfrentamento, construindo relações de apoio mútuo, tanto para denunciar os seus efeitos violentos, quanto para construir alternativas positivas de vida para negros e negras.

No módulo que trata da participação política, foram abordados alguns elementos históricos do movimento negro. Este movimento se faz presente através de um conjunto de pessoas, grupos e coletivos, organizações e instituições que, além das lutas pela garantia de direitos atuam, estrategicamente, no combate ao racismo e no enfrentamento de seus efeitos no cotidiano de negros e negras: as discriminações, a lida diária com a violência policial em periferias e favelas, o não

acesso a serviços públicos e direitos básicos, a violência contra as religiões de matriz africana, a negatividade associada à identidade negra, a ausência e/ou insuficiência de recursos materiais que assola parte da população negra, dentre outros problemas.

O fortalecimento e a valorização da identidade do povo negro são estratégias políticas centrais da agenda do movimento negro, que constrói espaços de sociabilidade e integração (clubes, associações, grupos de apoio), afirmam elementos da cultura africana e buscam resgatar a memória das lutas e resistências travadas ao longo da história. Nesse sentido, a cultura é uma importante dimensão de atuação da rede de enfrentamento ao racismo. Como vimos, se a sociedade se organiza em redes, esses movimentos as articulam com um propósito específico. A disseminação do samba e da capoeira, o surgimento do movimento hip-hop, a atuação do Teatro Experimental do Negro e outros coletivos que atuam nas artes, são exemplos da importância que tem a cultura para a luta antirracista. Em outras palavras, manter viva a cultura do povo negro é uma forma de resistência ao racismo que marca o movimento negro brasileiro.

Contudo, a atuação político-institucional também marca a história dessa rede de enfrentamento, especialmente a partir da segunda metade do século passado. É através dessa atuação que inúmeras conquistas foram possibilitadas, como, por exemplo, a criação e manutenção de partidos de negros, aprovação de leis antirracistas, criação de políticas públicas de atendimento às populações negras, proteção estatal de comunidades quilombolas, inserção da história da África no currículo escolar, implementação de ações afirmativas para negros, em especial as cotas para ingresso em universidades públicas, recentemente transformadas em lei federal etc.

No final dos anos 90, vimos surgir também o Movimento da Juventude Negra no Brasil, que tem se organizado para pautar as questões específicas desse segmento social junto às instituições públicas. Vemos também a organização desses jovens através de coletivos que atuam no âmbito das instituições, na religião e na cultura.

A Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Núcleo Conexões de Saberes, está desenvolvendo, desde 2011, um mapeamento da resistência de jovens negros na região metropolitana de Belo Horizonte. Têm sido identificados grupos e coletivos que se organizam em torno de práticas religiosas, do funk, do samba, do hip-hop, do teatro. Outros grupos buscam pautar questões específicas das mulheres negras, buscando evidenciar os efeitos do racismo na vida das jovens negras. Outros, ainda, se organizam a partir do ingresso nas instituições universitárias, buscando consolidar políticas de permanência e denunciar o racismo institucional presente nessas organizações.

Impedidos de participar do circuito formal da política, por serem reconhecidos socialmente como incapazes e/ou irresponsáveis, os/as jovens têm construído possibilidades de participação através da politização do cotidiano. Ao pautar as formas pelas quais o racismo se manifesta em seus cotidianos (na vida comum), esses/essas jovens têm encontrado formas de inserir na cena pública suas questões e suas demandas. Ter o cotidiano como lócus da participação certamente possibilitou ao Movimento da Juventude Negra denunciar a violência letal que afeta negros/negras jovens,

nomeando e pressionando as autoridades a reconhecerem o genocídio da juventude negra como problema a ser enfrentado pela sociedade brasileira. Quem mais poderia nomear e caracterizar o genocídio e sua intrínseca conexão com o racismo, senão os próprios sujeitos que são alvos desse alarmante problema?

E de que forma a escola pode colaborar e fazer parte dessa rede de enfrentamento ao racismo? No que diz respeito à atuação específica da escola, enumeramos algumas alternativas que podem contribuir para o fortalecimento de um compromisso da escola com essa rede de enfrentamento:

- ☞ Pautar o racismo e a discriminação racial no currículo escolar;
- ☞ Fortalecer imagens e autoimagens positivas de negros e negras junto a alunos e alunas das escolas;
- ☞ Promover ações de fortalecimento de grupos e coletivos locais que atuam com a temática racial, direta ou indiretamente;
- ☞ Buscar identificar de que maneiras a escola reproduz lógicas de manutenção do mito da democracia racial (de que forma o racismo institucional organiza as ações de sua escola?);
- ☞ Reconstruir o conceito de pobreza, geralmente trabalhado no contexto escolar associado à negritude e às questões de miserabilidade. Sendo assim, é importante discutir as causas da pobreza;
- ☞ Reconstruir o conceito de minoria negra. Ao invés de focar nos trabalhos que apresentam os negros como minoria, fazer um debate sobre as cenas sociais nas quais os negros são maioria, trazer aspectos econômicos, políticos e sociais para o estudo das distintas ascendências presentes no contexto brasileiro.
- ☞ Construir ações para ressignificar as religiões afro-brasileiras no cotidiano comunitário, tendo em vista que os jovens e adultos têm valores e tradições culturais distintos.

A ESCOLA E A REDE DE POLÍTICAS SOCIAIS

As redes às quais uma escola se conecta são heterogêneas. Além das redes de sociabilidade pessoal que se entrecruzam no cotidiano escolar, temos conexões estabelecidas entre redes sindicais e trabalhistas, redes religiosas, redes políticas, redes culturais, etc. Uma dessas redes, de extrema importância para o trabalho da escola é a rede de equipamentos e serviços que atuam na execução de políticas públicas e na garantia dos direitos da comunidade local.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8069/1990 – e o Estatuto da Juventude representaram importantes avanços na história da atenção à infância e à juventude. A Constituição caracterizou-se pela descentralização político-administrativa das políticas sociais: a cidadania como direito do cidadão e dever do Estado, financiamento público, controle social e organização de serviços sistemáticos e fundamentados em diagnósticos locais para atendimento às necessidades sociais.

O ECA, por sua vez, refletiu tais diretrizes, instituindo uma doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente. No artigo 86, o Estatuto preconiza que *“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados e dos municípios”*. Portanto, há um horizonte de integralidade que deve orientar os serviços e equipamentos de proteção social, os quais devem, portanto, trabalhar continuamente em rede.

A rede de políticas sociais é composta, além da escola, por unidades de saúde, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS ou Casa da Família), Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), de núcleos de conciliação e mediação de conflitos, equipamentos e equipes da política de segurança pública (as delegacias e as equipes policiais, por exemplo), serviços de média e alta complexidade da política de Assistência Social (serviço de acompanhamento a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, abrigos públicos, serviço de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa), serviços de saúde mental substitutivos (Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, CAPS álcool e drogas, CAPS infantojuvenil), Conselhos Tutelares, Centros Culturais, Museus, Conselhos Locais (de saúde, de educação, de juventude, da mulher, etc), unidades de ensino infantil, etc.

A dinâmica dessas redes socioassistenciais, que têm sua atividade de “animação” na estrutura do Estado, permite que indivíduos, grupos e comunidades sejam acompanhados de forma integral. A integralidade, então, só pode ser garantida a partir de ações intersetoriais e transdisciplinares.



ARREMATE (GLOSSÁRIO)

Intersetorialidade

lógica de gestão que transcende um único setor da política social e estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados. A intersetorialidade deve ser identificada como transcendência do escopo setorial. Essa transcendência se traduz como articulação de saberes e experiências, inclusive no ciclo vital da política, que compreende procedimentos gerenciais dos poderes públicos em resposta aos assuntos de interesse dos cidadãos.

Transdisciplinaridade

abordagem científica que visa à unidade do conhecimento. Desta forma, procura estimular uma nova compreensão da realidade, articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade. Além disso, do ponto de vista humano, a transdisciplinaridade é uma atitude empática de abertura ao outro e seu conhecimento (Rocha Filho, 2007).

Trabalhar numa perspectiva intersetorial é, mais do que encaminhar e referenciar pessoas e grupos a outros serviços de uma rede, construir parcerias reais e canais de diálogo e comunicação com essa rede. O jovem que passa pelo centro de saúde é o mesmo que frequenta a escola e é o mesmo que pode ser acompanhado pelo CRAS. Estar em rede é ver além das fronteiras institucionais.

Vemos, cotidianamente, estratégias de ação desorganizadas, que produzem ações cumulativas descoordenadas e sem nenhum planejamento coletivo. É comum a escola encaminhar famílias ao CRAS, sem ao menos ter conhecimento de que ela já é acompanhada por este serviço. Vemos também a adoção de estratégias de intervenção nas escolas que já foram adotadas em outros equipamentos, constituindo um ciclo repetitivo, vicioso e infértil de intervenções que, se fossem planejadas em conjunto com uma rede socioassistencial, produziriam efeitos mais positivos.

Na perspectiva de Sônia Fleury (2002), as principais vantagens de se trabalhar numa rede de políticas sociais são:

- ☞ dada a pluralidade de atores envolvidos nas redes é possível a maior mobilização de recursos e garante-se a diversidade de opiniões sobre o problema;
- ☞ devido à capilaridade apresentada pelas redes, a definição de prioridades é feita de forma mais democrática, envolvendo organizações de pequeno porte e mais próximas da origem dos problemas;
- ☞ por envolverem, conjuntamente, governo e organizações não governamentais, pode-se criar uma presença pública sem criar uma estrutura burocrática;
- ☞ devido à flexibilidade inerente à dinâmica das redes, elas seriam mais aptas a desenvolver uma gestão adaptativa que está conectada a uma realidade social volátil;
- ☞ articulação das ações de planejamento, execução, retroalimentação e redesenho, adotando o monitoramento como instrumento de gestão, e não de controle;
- ☞ por serem estruturas horizontalizadas em que os participantes preservam sua autonomia, os objetivos e estratégias estabelecidos pela rede são fruto dos consensos obtidos através de processos de negociação entre seus participantes, o que geraria maior compromisso e responsabilidade destes com as metas compartilhadas e maior sustentabilidade.



OUTRAS CORES

A apresentação audiovisual a seguir, intitulada “Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Juventude: o que a escola tem a ver com isso?”, foi proferida pela Profa. Sandra Hubebaum, da Fundação Carlos Chagas, no 1.º Encontro Sobre Mediação Escolar e Comunitária de Serra Negra (SP), em 2010. Vale a pena assistir ao vídeo, que apresenta as diretrizes legais, institucionais e teórico-políticas para a constituição de uma rede de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Assista no Youtube (http://www.youtube.com/watch?v=3llys_b9bFSc)



OUTRAS CORES

Implicações do trabalho em rede no cotidiano da escola

Na perspectiva da escola, trabalhar em rede exige de professores e gestores um deslocamento significativo. Esse deslocamento amplia a política de educação e suas ações, inserindo rotinas e agendas de trabalho que não têm a escola com

foco das intervenções. Claro... a escola é o lócus de atuação dessa política. Assista ao vídeo a seguir, que apresenta experiências exitosas do Programa Mais Educação, produzido pelo MEC.

Assista no Youtube (<http://www.youtube.com/watch?v=EZOkhMSWaDI>)

O “Programa Mais Educação”, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, tem como objetivo a ampliação da jornada por meio da escola integral. As escolas que fazem adesão ao programa realizam atividades nos campos de acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte, lazer, direitos humanos, dentre outros temas. Essa ampliação da jornada de trabalho na escola realça a compreensão de um trabalho em rede, em cooperação, o que contribui para entendermos que o lócus da vida dos sujeitos da escola é a vida comunitária. No caso do EJA, existem outras possibilidades de fomentar e articular a rede local comunitária que não ampliem, necessariamente, a jornada de estudos dos jovens. Projetos temáticos, visitas a campo e ações intersetoriais podem ser elaboradas para colocar a comunidade dentro da escola e levar a escola para dentro da comunidade.

Nesse sentido, é na vida comunitária que se devem buscar elementos para a construção de estratégias de fortalecimento de vínculos, resolução de problemas, fomento de participação política e mobilização. Veja no vídeo a seguir, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, a forma como este problema complexo pode ser abordado por uma rede institucional de atenção ao usuário:

Assista no Youtube (<http://www.youtube.com/watch?v=6SuaCUef4qs#t=249>)

Perceba no vídeo que não são apenas as instituições públicas que devem ser mobilizadas para um trabalho em rede. É importante considerar que a comunidade, em si, possui suas redes societárias, associações de bairro, cooperativas de renda e trabalho, grupos culturais, igrejas, famílias, ONGs, clubes, grupos comerciais, grupos esportivos, núcleos de luta por moradia, escolas privadas, grupos políticos e outras instituições e grupos que compõem uma rede de proteção local. Considerar essa rede e articulá-la no cotidiano do trabalho intersectorial é imprescindível no fomento da autogestão.

Um ponto importante e que tem relação com o enfoque do nosso curso é pensar o acesso da juventude negra aos equipamentos da rede e ao contexto escolar. Sabemos que essa população, geralmente, é público de intervenções de vários equipamentos da rede. Entretanto, é necessário (re)pensar a lógica de atendimento para as questões específicas da condição juvenil, em especial, da juventude negra, tendo em vista todos os desafios que trabalhamos ao longo do curso.

Operar numa lógica de rede a partir do contexto escolar implica, portanto, em:

- ↪ Conhecer a malha de redes existentes na comunidade local; um diagnóstico de redes sociais pode ser uma boa ferramenta metodológica a ser utilizada;
- ↪ Considerar, no projeto político-pedagógico da escola, os saberes e experiências compartilhados pelos estudantes em outros espaços sociais;
- ↪ Construir ações contínuas de mobilização social na comunidade para as questões de interesse da escola;
- ↪ Participar ativamente de fóruns comunitários;
- ↪ Fomentar a participação dos jovens e adultos em espaços de participação e deliberação política (conselhos, fóruns e assembleias comunitárias);

- ☞ Participar do fluxo de referência e acompanhamento da rede de serviços socioassistenciais;
- ☞ Construir parcerias com serviços, grupos e entidades;
- ☞ Envolver a rede comunitária nas decisões e planejamentos escolares;
- ☞ Envolver-se nas decisões e planejamentos da rede de proteção local;
- ☞ Fortalecer redes alternativas de apoio mútuo, que possam enfrentar, numa perspectiva de redução de danos, os dilemas impostos pelas redes de organização criminosa atuantes na comunidade;
- ☞ Incorporar conhecimentos, informações, conteúdos e diretrizes curriculares que sejam permeáveis às diferentes redes das quais fazem parte os jovens alunos.

O Programa Juventude Viva é uma tentativa de “animar” uma rede institucional e societária, articulando frentes de trabalho interinstitucional para o enfrentamento do genocídio da juventude negra. Este programa, literalmente, mobiliza uma rede de políticas sociais, em que a escola é elemento primordial, incentivando gestores e profissionais a assumirem compromissos com ações concretas de combate ao racismo no Brasil.

O JUVIVA surge nesse contexto como uma proposta de fortalecer o percurso formativo de educadores que atuam em áreas prioritárias do programa (cidades com significativo índice de mortalidade de jovens negros), oferecendo algumas ferramentas analíticas e metodológicas para uma mudança de perspectiva, pela via da educação.

Portanto, esperamos que todo esse percurso formativo possa render frutos no cotidiano de sua escola. Nossa expectativa é que você e a escola possam atentar-se aos mecanismos, muitas vezes invisíveis, que operam em nosso cotidiano, mantendo pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade e segregação social.

Olhar para essa realidade e nomear o racismo que nela existe é o primeiro passo para a construção de uma nova postura. Contudo, por se tratar de um problema estrutural, complexo e enraizado em todos os “rincões” da sociedade brasileira, mobilizar solidariedades em torno de um projeto comum é fundamental para alcançarmos resultados expressivos.

O convite ao trabalho em rede é o convite para um trabalho coletivo, coordenado e propositivo. Se o conjunto de atores sociais de sua comunidade se envolver na construção desse compromisso, poderemos contar a história de um Brasil menos mortífero, mais humanizado e menos cruel com a população negra.

Então... Vamo que vamo!!!

André, Luana e Paulo

CRÉDITOS

CONHEÇA OS AUTORES:

👤 **André Geraldo Ribeiro Diniz** é doutorando em Psicologia Social pela UFMG e membro do Núcleo Conexões de Saberes da UFMG.

👤 **Luana Carola dos Santos** é doutoranda em Psicologia Social pela UFMG e membro do Núcleo Conexões de Saberes da UFMG.

👤 **Paulo Henrique de Queiroz Nogueira** é professor da Faculdade de Educação da UFMG e membro do Observatório da Juventude da UFMG.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p

FLEURY, Sônia. *Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública*. *Administração em Diálogo*, São Paulo, no 7, 2005, pp.77-89.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 39.

MARTELETO, Regina Maria. *Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação*. *Ci Inf*, Brasília, v.30, n.1, p71-81, jan/abr. 2001.

MARTINHO, Cássio. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF, 2003. 91p.

MARTINHO, Cássio & FELIX, Cristiane (Orgs.). *Vida em Rede: Conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

PEREIRA, William César Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

ROCHA FILHO, J. B. *Transdisciplinaridade: A Natureza Íntima da Educação Científica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

UDE, Walter. Juventude, Redes Sociais e Políticas Públicas. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v2, n3, pp.67-77, jan/jun de 2005.

UDE, Walter. Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. In UDE, W et al (Orgs.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de Redes. *Política e Trabalho*, nu 19, 2003. Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura. Congresso International de Ética e Cidadania – Curitiba 31 a 04/10/2000. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/> (<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6501>)

SCHEREN-WARREN, Ilse. Redes de sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In MARTINHO, Cássio & FELIX, Cristiane (Orgs.). *Vida em Rede: Conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

Sugestão de outros Vídeos:

Redes Sociais em Linguagem Simples: <http://www.youtube.com/watch?v=fdb1Aw6luNE> (<http://www.youtube.com/watch?v=fdb1Aw6luNE>)

Educação Conectada <http://www.youtube.com/watch?v=AjIP6aeR6Lo> (<http://www.youtube.com/watch?v=AjIP6aeR6Lo>)

A escola que temos e a escola que queremos? <http://www.youtube.com/watch?v=p9j2a0uVjaY> (<http://www.youtube.com/watch?v=p9j2a0uVjaY>)

© 2014 JuVIVA

Suporte UFMG (<http://suporteufmg.com.br>)